

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023

Prezados,

A MATRIA é uma associação de mulheres, mães e trabalhadoras, apartidária, criada para a defesa dos direitos e mulheres e crianças com base no sexo.

Considerando nosso mandato, viemos através desta e a partir do material que este Instituto nos encaminhou em resposta aos pedidos de acesso à informação de n.º 03005.252383/2023-42 e n.º 03005.252513/2023-47, expressar nossa preocupação com as alterações propostas por organizações transativistas e parcialmente acatadas pelo IBGE para a PNDS 2023.

Inicialmente, importante ressaltar que a menção recorrente, tanto na documentação do IBGE à qual tivemos acesso, quanto na documentação encaminhada pela ANTRA, a “sociedade civil” é incorreta e extremamente parcial, visto que tais organizações não representam a sociedade civil, senão uma pequena parcela dos interessados no tema; que o IBGE não parece, salvo melhor juízo, ter realizado consulta pública sobre o tema ou aberto chamado para outras participações. As mulheres, como será demonstrado abaixo, além de serem mais da metade da população do país, são fortemente afetadas por alterações do marcador sexo pelo de “identidade de gênero”, não sendo possível fazer tais alterações sem também consultar grupos de mulheres.

Inicialmente, é necessário que o IBGE compreenda a diferença entre o que começou como movimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), hoje representado pelas letras LGB (lésbicas, gays e bissexuais), que dizem respeito a orientação sexual, e todas as demais letras do que hoje se considera a “comunidade LGBTQIAPN+”, todas relativas a “identidades”. Em todos os países nos quais houve crescimento do transativismo e adoção da ideia de “identidade de gênero” já há grupos LGB¹ militando pela separação, enquanto movimento, das demais “letras” mencionadas acima por entenderem não apenas que não há qualquer relação entre orientação sexual e “identidades”, como por considerarem que a própria ideia do transgenerismo seria homofóbica: por exemplo, ao “transicionar” cada vez mais a juventude homossexual² para que se digam “heterossexual do sexo oposto” e, nesse processo de medicalização, tornar essas

¹ <https://lgballiance.org.uk/>

²

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/15/ele-nasceu-menina-no-corpo-de-um-menino-diz-pai-de-crianca-transgenero.htm>

peças infértis, sem função sexual³, pacientes médicos para o resto de suas vidas e com sérios problemas de saúde⁴⁵. Ou seja, um processo totalmente contrário à luta de décadas do movimento homossexual, contra a medicalização da homossexualidade. Em inspeção independente⁶ encomendada pelo governo do Reino Unido à clínica pública que tratava menores de idade que se declaravam trans (centro GIDS, na clínica Tavistock) e cuja conclusão foi pelo fechamento da clínica, há relato de que havia uma "piada" entre os médicos da clínica de que "em breve não haverá mais homossexuais no Reino Unido."

Consideramos relevante fazer a distinção acima mencionada para deixar claro que orientação sexual, embora autodeclaratória nas pesquisas estatísticas, diz respeito a algo concreto, a uma orientação sexual que, se concretizada por uma relação, se traduz em algo que ocorre no mundo real, em um relacionamento com outra pessoa e suas eventuais consequências negativas para o casal, nos casos de homossexuais e bissexuais, que ainda sofrem preconceito em diversas situações.

Tudo o que diz respeito ao conceito de "identidade", por outro lado, é totalmente subjetivo, inverificável, portanto infalsificável. Em relação ao tema deste Ofício e, assim, à ideia de "identidade de gênero", é importante ressaltar que além de se tratar de algo não verificável no mundo real, também não se trata de conceito científico: não é biológico e não há comprovação de que nascemos com "identidade de gênero".

O fato de tratar-se de fenômeno social não necessariamente faz com que não seja relevante capturá-lo em pesquisa, especialmente no que diz respeito ao fenômeno ainda não totalmente explicado da explosão de meninas e jovens mulheres se declarando "homens trans"⁷, algo novo historicamente, posto que usualmente eram homens que transicionavam para "mulher trans".

No entanto, o importante é que no campo da estatística, não cabe tratar como científico um conceito socialmente construído, como "identidade de gênero", estendendo-o a toda a população. E porque este conceito é social e não científico, existem debates no mundo inteiro em torno desta ideia, da pertinência de utilizá-la na esfera pública e, em especial, a respeito

³ <https://www.thefp.com/p/top-trans-doctors-blow-the-whistle>

4

https://theros.org.uk/information-and-support/osteoporosis/causes/transgender-trans-people-and-osteoporosis/?utm_source=substack&utm_medium=email

5

<https://www.heart.org/en/news/2019/04/05/transgender-men-and-women-may-have-higher-heart-attack-risk>

⁶ <https://cass.independent-review.uk/>

⁷ <https://littmanresearch.com/publications/>

dos conflitos entre as demandas do transativismo, baseadas na ideia de “identidade de gênero”, e os direitos de mulheres e crianças baseados no sexo (acesso por pessoas do sexo masculino a espaços e direitos reservados a mulheres, desvirtuamento na construção de políticas públicas específicas para mulheres, apagamento de vocabulário exclusivo a mulheres, falseamento de estatísticas sobre mulheres etc). Assim, não cabe ao IBGE, em nome de uma pequena parcela do que chamou de “sociedade civil”, dar por encerrado um debate que está em curso e adotar o que, efetivamente, é a crença de alguns indivíduos, que consideram possuir uma “identidade de gênero”.

Crenças individuais merecem respeito, porém não podem, em um Estado laico, serem impostas ao restante da população. Dessa forma, conceitos como “identidade de gênero” não podem ser adotados por órgãos oficiais e estendidos a toda a população (cf. pergunta “considerando sua identidade de gênero atual, você se define como”). Fazê-lo seria o equivalente a supor que toda a população é cristã e inserir em formulário do IBGE pergunta a respeito de que denominação do cristianismo cada pessoa frequenta. Como aqueles que não são cristãos poderiam responder a tal pergunta?⁸

As pessoas que não subscrevem à crença de que exista uma “identidade de gênero” inata e subjetiva não podem ser obrigadas a responder a uma pergunta que já coloca como dado que todos nós teríamos uma “identidade de gênero”.

Inúmeras mulheres, em especial as feministas, rejeitam veementemente a palavra “cisgênero”, por exemplo, que não apenas denotaria uma adesão à crença em uma “identidade de gênero” como, por um lado nos tornaria uma subclasse da nossa classe sexual e, por outro, queria dizer que “nos identificamos” com o “gênero feminino”. Aqui, cabe um retorno sobre o debate do feminismo desde a década de 1960 a respeito do que seria sexo e gênero.

O termo gênero passou a ser usado pelas feministas para denotar aquilo que não é o sexo, porém é atribuído às mulheres (e, claro, também aos homens, com outros estereótipos). O objetivo era diferenciar o que é inato (corpo e funções biológicas femininas) do que é construção social (estereótipos, como sermos dóceis, naturalmente subservientes, inferiores intelectualmente, incapazes de atuar em certas esferas públicas etc). Assim, o gênero foi definido, desde a famosa obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (embora ela ainda não use o termo) como estereótipos impostos ao sexo feminino como forma de nos aprisionar em um lugar social de inferioridade. Gênero, para o feminismo, é um ferramenta de opressão e a criação de uma hierarquia entre os sexos.

⁸ A experiência da Escócia em seu último censo é relevante neste ponto: <https://www.thetimes.co.uk/article/hundreds-say-they-are-a-believer-in-biology-in-scottish-census-pr-test-h8d7jfmzh> (link original) / <https://archive.ph/QOyFg> (link sem paywall).

Dessa forma, chamar uma mulher de “cisgênero” e dizer que a mesma se identifica com o “gênero feminino” equivale a dizer que ela se identifica com sua opressão, o que é profundamente ofensivo e anti feminista. Equivaleria ainda a dizer, conforme a lógica do transativismo, que mulheres são oprimidas por escolha própria pois teria bastado não se identificar como mulher para sair de tal lugar (o que sabemos não ser verdade).

Um outro ponto extremamente relevante diz respeito à apropriação e uso indevido da ideia de “sexo atribuído ao nascimento”. A primeira problemática é que, mais uma vez, o IBGE está adotando e impondo uma crença, a de que sexo não existe/é fluído/é um espectro e é atribuído de forma aleatória a uma pessoa no momento de seu nascimento, o que, obviamente, não é o caso. O sexo depende do caminho de desenvolvimento do feto e pode ser observado desde antes do nascimento, através de ultrassonografia ou exame de sangue o que, inclusive, é o motivo pelo qual fetos femininos sofrem mais abortos.

Tal vocabulário (“sexo atribuído ao nascer”) foi criado pela necessidade de descrever uma situação específica⁹ e muito rara, a de pessoas que nasceram com ambiguidade genital e para as quais os médicos, de forma violenta, decidiram “atribuir um sexo”, realizando cirurgias para que o genital se parecesse mais com o do sexo que eles consideravam “mais viável” esteticamente e recomendando à família criar a criança como sendo daquele sexo. O grupo de pessoas que nasce com ambiguidade genital é uma pequena parcela daqueles que atualmente pedem para serem chamados de pessoas com “diferenças de desenvolvimento sexual”. Este grupo tem com frequência rejeitado a denominação “intersexo”¹⁰ pois não estão entre os sexos, não provam que sexo é um espectro ou que haveria um terceiro sexo. São homens ou mulheres para os quais, no desenvolvimento fetal, algo desviou do caminho mais usual. Esse grupo protesta hoje em dia contra a apropriação que foi feita de sua situação: o “I” de LGBTQI significa intersexo mas, eles argumentam, de forma correta, que não são uma identidade. Sua condição é biológica. Além disso, tal grupo é contra a utilização que o transativismo faz da sua situação e do vocabulário criado para relatar a sua experiência específica, tendo como única finalidade confundir a população e criar a falsa ideia de que, para o restante de nós, o sexo seria aleatoriamente “atribuído ao nascimento” e não observado.

Cabe ainda apontar que há pouquíssimas pessoas com diferenças de desenvolvimento sexual e que a grande maioria destas não tem sinais visíveis de sua condição e apenas se torna ciente dela ao não conseguir engravidar, por exemplo. Aqueles que têm uma ambiguidade genital são extremamente raros e lutam hoje, com toda razão, pelo fim das intervenções cirúrgicas em bebês saudáveis apenas por não terem um genital dentro da norma. Nada disso

⁹

<https://womansplaceuk.org/2019/10/21/biological-sex-is-not-a-spectrum-there-are-only-two-sexes-in-humans-with-claire-graham/>

¹⁰ O termo “intersex” sequer figura na página “dicionário” desta associação de famílias com filhos com diferenças de desenvolvimento sexual: <https://dsdfamilies.org/parents/what-dsd/dictionary-dsd-terms>

diz respeito à população que declara uma identidade trans e nem à população em geral, não devendo ser utilizado em uma pesquisa que ultrapasse a pequena parcela daqueles com diferenças de desenvolvimento sexual.

No mundo inteiro a confiabilidade das estatísticas já está sendo afetada por alterações demandadas pelo movimento transativista como, por exemplo, o súbito aumento de crimes sexuais cometidos “por mulheres” que, em realidade, são crimes cometidos por pessoas do sexo masculino que se autodeclararam mulheres¹¹. Esse tipo de deturpação é extremamente grave pois sem estatísticas fidedignas, não é possível fazer políticas públicas efetivas. Rogamos ao IBGE que preze pela manutenção da confiabilidade das estatísticas do país e tenha cautela ao receber organizações transativistas conhecidas por falsear dados, como é o caso da ANTRA, grande propagadora das ideias de que “pessoas trans têm expectativa de vida de 35 anos”¹²¹³¹⁴ e de que “o Brasil é o país que mais mata pessoas trans”¹⁵¹⁶¹⁷, nos dois casos afirmações não suportadas por dados mas que têm sido repetidas à exaustão e usadas inclusive pelo governo como justificativa para tomada de decisão, em todas as suas esferas (o STF, por exemplo, cita que “pessoas trans têm expectativa de vida de 35 anos” na tese na qual equiparou a homotransfobia ao racismo).

Após esta exposição sobre a situação na qual nos encontramos enquanto sociedade, seguem abaixo comentários específicos e sugestões a partir da documentação à qual tivemos acesso através da Lei do Acesso à Informação.

Documentação recebida através do Pedido n.º 03005.252513/2023-47

ANEXO I

¹¹ <https://www.spectator.co.uk/article/trans-offenders-are-skewing-crime-statistics/>

¹²

[https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/ibge-e-estudioso-negam-ter-afirmado-que-trans-ivem-ate-35-anos](https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/ibge-e-estudioso-negam-ter-afirmado-que-trans-vivem-ate-35-anos)

¹³ <https://naomatouhoje.wordpress.com/2019/04/30/expectativa/>

¹⁴ <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/estatisticas-sobre-trans-no-brasil/>

¹⁵ <https://apublica.org/chechagem/2018/08/truco-dados-sobre-assassinato-de-lgbts-sao-incompletos/>

¹⁶

<https://jmnoticia.com.br/pesquisa-inedita-revela-que-principais-estatisticas-sobre-mortes-por-homofobia-no-brasil-sao-falsas/>

¹⁷ <https://www.queermajority.com/currents/tdor-trans-death-and-trans-life>

As sugestões abaixo partem das seguintes premissas:

1. Orientação sexual diz respeito a sexo, e só existem dois sexos e 3 possibilidades de orientação sexual. Conforme argumentamos acima, não se deve adotar a ideia de “identidade de gênero” para fins estatísticos, não havendo portanto “outras” orientações sexuais possíveis;
2. Dado que nosso governo autorizou a alteração do campo "sexo" em toda a documentação de qualquer um que se autodeclare do sexo oposto, é necessário ser redundante e especificar “sexo biológico” para obter a resposta desejada.

Observações:

- Slide 14: manter apenas heterossexual, homossexual e bissexual (além de não sabe/recusou-se a responder);
- Slide 56: não utilizar a expressão “sexo atribuído ao nascer” e sim, “sexo biológico”;
- Slide 57: pergunta incoerente, pois a maioria das pessoas não acredita ter um gênero. Além disso, dado que o próprio IBGE na pergunta está admitindo que uma identidade é algo fluido (“considerando seu gênero atual, você se define como”), qual o interesse de captar tal informação?;
- Slide 59: cf. comentário feito ao slide 14

ANEXO II

Sem repetir as observações já feitas a respeito do ANEXO I, o que é importante observar aqui é:

- Slide 37: não utilizar uma questão com o conceito de “identidade de gênero” aplicada a toda a população pois, conforme relatado na parte inicial deste documento, é imputar à população como um todo a crença que uma pequena parcela tem a seu próprio respeito;
- Slide 38: homem e mulher não devem jamais ser utilizados como categorias de auto identificação, trata-se de biologia. Para os que possuem uma crença em uma “identidade de gênero” que não corresponderia ao seu sexo, existem termos como “homem trans” e “mulher trans”. Além disso, o slide menciona o prefixo “cis” que, conforme mencionado na parte inicial deste documento, não deve ser imposto à população, que não o reivindicou para si;
- Slide 39: como bem explicitado, “transgênero (ou trans) é uma terminologia guarda-chuva”. Tão guarda-chuva atualmente que inclui situações muito diferentes, não fazendo mais sequer sentido enquanto categoria de análise (<https://orientando.org/listas/lista-de-generos/>);
- Slide 46: “A pessoa não precisa ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do mesmo gênero para serem incluídas na categoria “Gay/lésbica”. Aqui

há uma confusão entre sexo e gênero, pois orientação SEXUAL e aqui, especificamente, ser gay/lésbica, portanto homosSEXUAL diz respeito a atração ou experiências com pessoas do mesmo SEXO;

- Slide 47: pansexual não é uma orientação sexual pois não existem mais de 2 sexos pelos quais seria possível se atrair.

ANEXOS III e IV

Todas as observações pertinentes já foram feitas, em relação aos ANEXOS I e II.

ANEXO V

Sem repetir as observações já feitas a respeito dos ANEXOS I e II, o que é importante observar aqui é não considerar homem e mulher como “identidade de gênero”. Não misturar homem e mulher (sexo) com “homem trans” e “mulher trans” (crença subjetiva que alguns indivíduos têm a seu próprio respeito).

ANEXOS VI e VII (errata)

Sem repetir as observações já feitas a respeito dos ANEXOS I, II e V, o que é importante observar aqui é:

- Página 3: os “Princípios de Yogyakarta”, frequentemente citados como autoridade a respeito do tema, nada mais são do que documento realizado por grupo de pessoas físicas dentre as quais algumas já renegaram o conteúdo do documento¹⁸, inclusive por entender que o que ali está listado é prejudicial às mulheres. Não cabe a um órgão oficial citar tal documento como autoridade sobre o tema aqui tratado;
- Página 3: Homem e Mulher não podem incluir pessoas cujo sexo não corresponda a esta realidade (“homens trans” e “mulheres trans”).

Diante de todo o exposto, nossas sugestões são:

Pergunta 1: Qual o seu sexo biológico?

Homem / Masculino

¹⁸ <https://sex-matters.org/posts/updates/yogyakarta-principles/>

Mulher / Feminino

Caso o IBGE queira captar a população de pessoas com diferenças de desenvolvimento sexual:

Pergunta 2: Você tem alguma diferença de desenvolvimento sexual?

- Sim (qual?)
- Não
- Não sabe responder

Justificativas: à exceção de pessoas com diferenças de desenvolvimento sexual e que nasceram com ambiguidade genital, o termo “sexo atribuído ao nascer” não faz sentido: é adotar um dogma ideológico e, portanto, não científico.

Aqui temos o complicador já mencionado, que é o fato de nosso governo ter permitido a alteração do marcador “sexo” nos documentos oficiais, o que equivale objetivamente a um falseamento da realidade, dado que ninguém muda de sexo. Dessa forma, de fato, a pergunta “Qual o seu sexo”, que sempre foi evidente, passa a precisar ser feita de outra forma, para registrar o sexo biológico das pessoas. A esse respeito, sugerimos “sexo biológico”, apesar de ser redundante (cada pessoas só tem um sexo, imutável, e é o biológico, do nascimento à morte) dado que “sexo de nascimento” retoma a ideia de que o sexo só se revelou ao nascer/foi atribuído ao nascer quando, em realidade, ele já estava definido na barriga da mãe.

Pergunta 3: Considerando a sua orientação sexual, você se define como?

- Homossexual (gay ou lésbica)
- Heterossexual
- Bissexual
- Não sabe responder
- Não quis responder

Justificativas: dado que só existem dois sexos e que orientação sexual diz respeito única e exclusivamente ao sexo dos envolvidos, as únicas possibilidades são heterossexual, homossexual e bissexual. Por este motivo, “panssexual” ou “outra” não são coerentes.

OBS: assexual, a ausência de desejo, não pode ser considerada uma orientação sexual dado que, justamente, não há uma sexualidade a ser orientada em direção a outro indivíduo.

Pergunta 4: você subscreve a alguma identidade de gênero, ou seja, uma identidade que socialmente não corresponde ao seu sexo biológico?

- Sim (qual?)
- Não
- Não sabe responder

Não quis responder

Justificativa: conforme explicitado anteriormente, o conceito de “identidade de gênero” não é científico e nem é consenso. Trata-se de crença que algumas pessoas têm a seu próprio respeito, não podendo ser imposta à população no geral. Para muitas pessoas, não há resposta possível a uma pergunta que suponha que todos temos uma “identidade de gênero” (cf., novamente, a situação mencionada na nota de rodapé n.º 7, relativa ao Censo Escocês).

Caso seja de interesse do IBGE e não seja uma informação que o governo tem de forma centralizada, seria possível a criação de pergunta específica na qual a pessoa possa informar se, como consequência de subscrever a uma “identidade de gênero”, alterou legalmente seus documentos. Dado que, na prática, o país não tem exigido a alteração de documentos para uma série de fins, os números obtidos certamente seriam diferentes entre a pergunta 4 sugerida e uma eventual pergunta sobre alteração de documentos.

Documentação recebida através do Pedido n.º 03005.252383/2023-42

Observações sobre o Ofício Conjunto 001/2023

Considerando que os termos das propostas de perguntas encaminhadas no Ofício acima mencionado já foram comentados anteriormente neste documento, vamos nos concentrar em outros aspectos do mesmo.

Inicialmente, citamos a versão 2023 de Relatório Anual produzido pela ANTRA¹⁹, no qual este Instituto, referência nacional no tema, poderá constatar a falta de confiabilidade dos dados trazidos pela organização ano após ano, apesar de inúmeras vezes já desmentidos por instâncias variadas. Disto se conclui que além de ser enganador que a mesma se coloque o tempo inteiro como “sociedade civil”, como se representasse os interesses de toda a sociedade e não apenas de parcela ínfima da mesma, não há razão para ser a única entidade ouvida e nem muito menos ser tratada como autoridade e participe de treinamentos internos, como pleiteado.

Reiteramos aqui os pleitos já apresentamos ao longo deste documento:

1. Que toda a população do País seja levada em consideração antes de qualquer alteração de perguntas feitas pelo IBGE, e em especial o impacto de tais alterações sobre as estatísticas relevantes para mulheres, posto que embasam as políticas públicas direcionadas a tal público;

¹⁹ <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

2. Que debates e GTs sobre o tema sejam abertos a outras entidades e grupos de interesse;
3. Que o IBGE não adote vocabulário baseado em crenças não científicas de uma parcela da população e nem muito menos obrigue toda a população a responder pesquisas como se também subscrevesse a essas crenças;
4. Que leve em consideração as sugestões por nós feitas acima.

Permanecemos à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias, bem como para participação de reuniões ou GTs futuros.

Atenciosamente,

Celina Lazzari
Diretora da MATRIA